

Análise de Pesquisas em Educação: um enfoque nas políticas educacionais contemporâneas

André Michel dos Santos ¹

Betina Graeff ²

Francisco Arseli Kern ³

Marta von Dentz ⁴

Resumo

O presente estudo objetiva abordar epistemologicamente a pesquisa em educação, o processo de investigação científica enfatizando as políticas educacionais contemporâneas. A organização do que se propõe dialogar nesta análise se dará em dois enfoques: primeiramente pretende-se construir uma análise epistemológica acerca das pesquisas educacionais com enfoque histórico; e em seguida, dar-se-á ênfase às pesquisas em políticas educacionais na contemporaneidade. Intenciona-se estabelecer um diálogo epistemológico acerca das pesquisas em educação e, a partir deste, adentrar em questões relacionadas à subárea investigativa das políticas educacionais. A mobilização desta temática permite perceber os desdobramentos e os processos pelos quais tais pesquisas passaram, com respaldo histórico, e ao mesmo tempo, analisar os desafios que se apresentam às políticas educacionais na contemporaneidade. Nessa direção, enfatiza-se que as pesquisas em políticas educacionais evocam preocupações sérias e necessárias, haja vista, estarem cada vez mais, declinando para uma perspectiva competitiva, produtivista, mercadológica e superficial. Enfatiza-se a importância e relevância de se fomentar e retomar a concepção científica e social das pesquisas em políticas educacionais, a busca por objetos bem definidos e formulados; a relação de uma metodologia que seja adequada aos objetivos, a busca de análises densas e fundamentadas que possibilitem o avanço do conhecimento. Enfim, pretende-se neste estudo, ressaltar a importância de se retomar o rigor científico nas investigações direcionadas às políticas educacionais.

Palavras-chave: Epistemologia. Pesquisa em Educação. Políticas educacionais

Analysis of Research in Education : a focus on contemporary educational policies

Abstract

This study aims epistemologically approach the research in education, scientific research process emphasizing contemporary educational policies. The organization of what is proposed dialogue in this analysis will be done in two approaches: first intended to build an

¹Doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

²Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

³Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

⁴Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

epistemological analysis of educational research with historical focus; and then will give emphasis on research in educational policy nowadays. Intends to establish an epistemological dialogue about research in education and, from this, enter on issues related to investigative subarea of educational policies. The mobilization of this issue allows us to understand the ramifications and the processes by which such research began with historical support, and at the same time, analyze the challenges facing the educational policies in contemporary times. In this direction, it emphasizes that research on educational policies evoke serious concerns and necessary, given, are increasingly declining for a competitive, productivist, market and superficial perspective. We emphasize the importance and relevance of promoting and resume scientific and social conception of research in educational policies, the search for well-defined and made objects; the relationship of a methodology that is appropriate to the objectives, the pursuit of dense analysis and reasoned that enable the advancement of knowledge. Finally, it is intended in this study emphasize the importance of resuming the scientific rigor in investigations directed to educational policies.

Key-words: Epistemology . Research in Education . educational policies.

Introdução

O trabalho científico, o processo de pesquisar implica criatividade, articulação, sistematização, fundamentação, numa perspectiva de que pesquisar é preciso e que, ao fazer pesquisa aprende-se a pesquisar (LEAL, 2002). Neste sentido, toda pesquisa nasce de uma certa insatisfação com aquilo que já é sabido. Essa insatisfação leva o pesquisador a investigar acionando outras formas de pensar, de analisar, de interrogar (CORAZZA, 2007). No processo de investigação, nas formas metódicas e em todo movimento que compõe a pesquisa, na compreensão de Corazza (2007, p. 105) referenciando Foucault, a grande dificuldade está em “sair do que se é, para criar outros possíveis de ser”.

De fato, ao ser intelectual, pesquisador, não dá para desejar que o mundo seja leve, que os problemas sejam simples, que os métodos sejam evidentes, pois, para sair do que se é para criar outros possíveis de ser, exige aprofundar, articular, fundamentar, investigar, retomar num processo que, ao contrário de ser linear, é complexo e rigoroso e ao mesmo tempo em que é complexo e rigoroso é instigante, levando a uma compreensão diferente daquilo que pesquisamos. Neste sentido, o ato de pesquisar possui algumas características

específicas, pois não se busca com ele, qualquer tipo de conhecimento senão aquele conhecimento que “[...] ultrapassa nosso entendimento imediato na explicação ou na compreensão da realidade que observamos” (GATTI, 2007, p. 9).

Nesta perspectiva, a presente análise, de uma forma breve, objetiva abordar epistemologicamente a pesquisa em educação, o processo de investigação científica, enfatizando as políticas educacionais contemporâneas. A organização do que se propõe dialogar neste estudo se dará em dois enfoques: primeiramente pretende-se construir uma análise epistemológica acerca das pesquisas educacionais com enfoque histórico; posteriormente, dar-se-á ênfase às pesquisas em políticas educacionais na contemporaneidade, no intuito de perceber alguns riscos e tendências ocorridas nessas pesquisas. Ao enfatizar os dois aspectos antepostos, dialogaremos com o entendimento de diferentes autores que nos possibilitarão melhor entendimento e que serão referenciados no decorrer da arguição. Por conseguinte, faremos algumas amarrações como forma de sistematização da análise desenvolvida.

Análise epistemológica acerca das pesquisas educacionais com enfoque histórico

Construir uma análise epistemológica acerca das pesquisas em educação, estando elas inseridas num contexto político e econômico de desenvolvimento capitalista, neoliberal numa perspectiva globalizante, se faz pertinente e ao mesmo tempo desafiador tendo em vista a necessidade de um olhar aprofundado acerca das configurações sociais que se estabelecem, bem como a relação dessas configurações e suas implicações especificamente na produção do conhecimento. Neste sentido podemos nos indagar: como vem sendo pensada e realizada as pesquisas em educação? Para melhor compreensão dessa temática faremos um resgate histórico, possibilitando analisar seus desdobramentos, sua consolidação no Brasil e, inclusive, os desafios enfrentados nos tempos atuais.

Adentrando na realidade brasileira e elucidando alguns aspectos fundamentais da história da pesquisa em educação enfatiza-se que, trabalhos científicos com preocupação na área educacional são encontrados desde o século XX, no entanto, estudos e pesquisas mais sistemáticas em educação ganham ênfase com a criação do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais em 1930 (GATTI, 2001). Posteriormente, em 1937, o Ministério da Educação e Saúde, na vigência do Estado Novo, estabelece o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), sendo este um centro de estudos de todas as questões educacionais relacionadas com os trabalhos do Ministério da Educação e Saúde (NETO, 2007). Destaca-se no INEP, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e neste os Centros Regionais de pesquisas, os quais desenvolveram bases metodológicas da pesquisa brasileira, sobretudo de caráter empírico (GATTI, 2001).

O INEP e os centros de pesquisas educacionais foram irradiadores de pesquisas no Brasil durante a década de 1940 e 1950, constituindo inclusive relação com o ensino superior e seus respectivos professores, que começaram a trabalhar nesses centros. No entanto, foi na implantação sistemática de pós-graduação, mestrados e doutorados, no final da década de 1960, que a pesquisa em educação acelerou, transferindo sua produção para as universidades. Nessa trajetória, a pesquisa passou por tendências temáticas e metodológicas mais focalizadas: primeiramente com enfoque psicopedagógico; na década de 1950 passa a focar as tendências culturais e o desenvolvimento da sociedade; na década de 1960 a econômica, vista a educação como investimento entre outros (GATTI, 2001).

A década de 1970 foi marcada pela proliferação dos programas de pós-graduação, de modo que houve uma ampliação de temáticas, bem como um aprimoramento metodológico na pesquisa em educação e, no final desta década, há apontamentos para utilização de métodos quantitativos e

qualitativos mais elaborados de análise e um referencial teórico mais crítico. Durante a vigência do período ditatorial, a pesquisa educacional foi se integrando às novas perspectivas, como uma forma de crítica social, criando espaços mais abertos e democráticos, com fundamentação marxista. Destaca-se neste período, a emergência de grupos sólidos de investigação como é o exemplo da Associação Nacional de Pesquisa de Pós-graduação em Educação (ANPEd), os quais disseminaram a pesquisa educacional (GATTI, 2001).

A expansão da pesquisa educativa trouxe consigo riscos e tendências, sendo que, a partir de 1980, a preocupação com esses problemas se intensificou. Dentre as dificuldades enfrentadas destaca-se: o formalismo acadêmico, onde o interesse maior não era produzir conhecimento, mas sim obter títulos de progressões nas carreiras acadêmico-profissionais; o ritualismo metodológico; modismos teóricos; reducionismo tecnicista; ecletismo pragmático entre outros. A produção científica superficial levou a uma falta de compreensão dos fundamentos epistemológicos e filosóficos da construção do conhecimento. As discussões sobre esses problemas enfrentados se intensificaram na década de 1990, urgindo a preocupação de melhorar a formação dos pesquisadores. Disciplinas como: fundamentos teóricos da pesquisa, epistemologia da pesquisa educativa, teoria do conhecimento passaram a ganhar maior visibilidade haja vista, serem as bases da construção do conhecimento (GAMBOA, 2007).

Corroborando neste enfoque André (2001) ao descrever sobre os novos rumos da pesquisa em educação, enfatiza que seu crescimento se deve à expansão dos programas de pós-graduação. Concomitante a esta expansão, há muitas mudanças nas “temáticas e problemas”, nos “referenciais teóricos”, nas “abordagens metodológicas”, nos “contextos de produção dos trabalhos científicos” (ANDRÉ, 2001, p. 53). Frente ao momento histórico em vigência Gatti (2001) também traz algumas tendências atuais e, embora a autora

ênfatize o problema de pesquisa em si, pode-se perceber outras contribuições que refletem diretamente na forma como se tem evidenciado tais pesquisas:

O sentido pragmático e de um imediatismo específico observável nos estudos feitos na área educacional reflete-se na escolha e na forma de tratamento dos problemas. Esses problemas, oriundos das práticas profissionais, são tratados, em geral, nos limites de um recorte academicista discutível em seus alcances. Além disso, a relação pesquisa-ação-mudança parece ser encarada de uma maneira um tanto simplista. Ainda que se reconheçam a necessária origem social dos temas e problemas de pesquisa em educação e a necessidade de trabalhos que estejam vinculados mais especificamente a questões que de imediato são carentes de análises e proposições, uma certa cautela quanto a esta tendência deveria ser tomada (GATTI, 2001, p. 70).

As formas com que os problemas de pesquisa vêm sendo tratados na atualidade deixam de lado questões realmente essenciais. Além disso, o imediatismo sinalizado traz um “empobrecimento teórico”, pois as análises são carentes de fundamentação, uma vez que as pesquisas são observadas como solucionadoras de pequenos impasses cotidianos. Destaca-se que, “[...] a busca da pergunta adequada, da questão que não tem resposta evidente, é que constitui o ponto de origem de uma investigação científica” (GATTI, 2001, p. 71).

O sentido pragmático e imediatista observado nos estudos feitos na área educacional; a maneira simplista com que se tem estabelecido a relação entre pesquisa-ação-mudança, remete à necessidade urgente de “[...] construir um caminho epistemológico que assuma conotação social, política e cultural do conhecimento e da investigação. Seria errônea e simplificadora a concepção meramente instrumental que muitas vezes se outorga à epistemologia” (TELLO, 2012, p. 294). Para elucidar a construção deste caminho epistemológico ressalta-se a epistemologia como “[...] parte da filosofia que se ocupa especialmente do estudo crítico da ciência em seu detalhamento prático, isto é, da ciência como produto e como processo; neste sentido, é um estudo fundamentalmente a posteriori” (GAMBOA, 2007, p. 27).

Diante deste contexto complexo, há algumas sinalizações para o estabelecimento de critérios avaliativos realizados por instituições financiadoras de projetos de pesquisas. Esses critérios foram estabelecidos tendo em vista, não somente, mas inclusive, a fragilidade metodológica dos estudos e pesquisas na área da educação, a utilização de instrumentos precários, análises pouco fundamentadas, interpretações sem respaldo teórico entre outros motivos que aqui poderiam ser incorporados (ANDRÉ, 2001).

Para avaliar projetos de pesquisas enviados por pesquisadores, por exemplo, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes) entre outros, os projetos precisam seguir os seguintes critérios: a importância e relevância científica e social; objetos de pesquisas bem definidos e formulados; metodologia adequada aos objetivos e bem justificada; análise densa e fundamentada; avanço do conhecimento (ANDRÉ, 2001).

De acordo com Gatti (2012) ao enfatizar os desafios à pesquisa em educação destaca que “há uma ânsia de compreender processos e situações, que, para o pesquisador atento e crítico, estão à margem ou além do usual modelo de explicações”. Segundo a pesquisadora existe a percepção de “desencaixes do teorizado e do que sucede, em que despontam insuficiências de fórmulas aprendidas” (GATTI, 2012, p. 32) ao que aponta para uma fragilidade teórico-metodológica. Neste viés argumentativo Franco (1988) já percebia a existência de conflitos metodológicos nas pesquisas, reiterando a existência da fragilidade conceitual de muitos cursos de metodologia que não fazem uma discussão epistemológica e fornecem aos alunos apenas técnicas, inviabilizando a produção de pesquisas consistentes que, a partir de uma linha condutora e de um problema de pesquisa, condizem com pressupostos teórico-metodológicos pertinentes, com adequação aos procedimentos de coleta, análise, interpretação de dados.

Diante a esta realidade enfrentada pela pesquisa educacional, Gamboa (2007, p. 22) ao enfatizar as articulações entre epistemologia e métodos da investigação educativa, destaca que essas articulações são necessárias para “[...] garantir o rigor lógico e a qualidade da produção científica na área da educação e das ciências sociais”. Sendo que, o pesquisador, deve ter consciência da teoria do conhecimento utilizada na investigação científica.

Enfatiza-se deste modo, que a pesquisa se constrói por meio de um processo composto por objetivos, problemas de pesquisa, metodologia, hipóteses, instrumentos e técnicas, fundamentação, análises, levantamento e coleta de dados entre outros componentes. E, na medida em que uma determinada pesquisa vai se concretizando todos esses componentes vão se movimentando e se articulando para que, aquilo que queremos investigar vá se clarificando, sendo que este processo não é linear. Desta forma, embora haja sinalizações que afirmem que as fragilidades das pesquisas educacionais apontam para a falta da pergunta adequada, para a falta de métodos e assim por diante, sem intenção de desmerecer tais sinalizações, enfatiza-se a importância de perceber o processo da pesquisa como um todo, como um conjunto de ferramentas que se implicam mutuamente.

Deste modo, Gamboa (2007, p. 49) afirma que “o êxito de uma pesquisa de qualidade pode estar na articulação lógica desses elementos e no conhecimento dos pressupostos e as implicações da abordagem epistemológica que o pesquisador utiliza”. O autor, ao referir-se a articulação desses elementos faz menção ao domínio de técnicas, suas relações com métodos e procedimentos e, com os pressupostos teóricos e epistemológicos.

Tendo em vista a explanação e a contextualização da pesquisa em educação no Brasil, a forma como a mesma vem se constituindo e se expandindo até a atualidade, percebe-se que algumas análises atuais apresentam questões às pesquisas em educação que se remetem à subárea de investigação que são as

políticas educacionais. Deste modo adentraremos a aspectos mais específicos, direcionando a discussão para tais questões, de modo a perceber melhor os riscos e tendências enfrentados pelas pesquisas em políticas educacionais na atualidade.

Pesquisas em políticas educacionais na contemporaneidade

Corroborando na análise e não se restringindo apenas a realidade brasileira, mas a um contexto mais amplo, destaca-se que as políticas públicas, como subárea das ciências sociais onde estão imersas as políticas educacionais, passam a ganhar relevância a partir de 1950 com duas tendências, sendo estas: encontrar alternativas para os problemas sociais e econômicos enfrentados pelos governos das sociedades industriais no mundo ocidental e direcionar a pesquisa para suprir lacunas que não resolviam os problemas detectados. Assim, a análise dessas políticas emerge por volta de 1958 nos Estados Unidos, por força de problemas econômicos, financeiros e consequentemente sociais tendo em vista a crise do estado de bem estar social (MARTINS, 2011).

A historicidade dos estudos em política educacional esteve:

[...] relacionada à teoria das escolhas racionais com vistas a melhorar os serviços públicos e estatais, sobretudo no período pós II Guerra Mundial, quando as teorias do capital humano e os princípios das democracias liberais definiam os caminhos a serem desenhados pelas investigações (MARTINS, 2011, p. 385).

Percebe-se que o objetivo da pesquisa em políticas públicas em seus marcos iniciais, tinha por finalidade suprir lacunas de problemas governamentais. Atualmente, essa perspectiva permanece, incluindo outras tendências: “outro fenômeno no cenário contemporâneo de estudos nessa subárea diz respeito à transformação de pesquisadores em gerenciadores de pesquisas, apenas” (MARTINS, 2011, p. 384). Há a proliferação de pesquisas contratadas por empresas; um ensino superior orientado para o mercado; pesquisas que

potencializam a ansiedade nos estudiosos que não mais trabalham reflexivamente; não há um envolvimento com a investigação; instituições financiadoras limitam a investigação a uma perspectiva gerencialista (OZGA, 2000 apud MARTINS, 2011).

É importante ter presente a distinção entre os estudos sobre política educacional, fazendo referência especificamente ao campo teórico-científico e as políticas educacionais as quais possuem condicionantes ligados à gestão, tomadas de decisões e ações políticas (TELLO, 2012). Enfatizando a segunda distinção proposta por Tello (2012) onde, ao que aponta Dale e Robertson (2011) em problematizações acerca da pesquisa em educação numa “era globalizante”, há insinuações assinalando para uma “[...] competitividade econômica global, a aprendizagem pela vida toda, a educação para a economia embasada no conhecimento e na educação como uma indústria de exportação”. Subentende-se que as políticas educacionais têm enfatizado a eficiência, a efetividade, a responsabilização por meio de sistemas e estruturas de governo regidas por formas de regulação (DALE; ROBERTSON, 2011, p. 384).

Contribuindo para este entendimento, percebe-se que as alterações das políticas educacionais para uma “distribuição mais fragmentada [...] de atividades que agora envolvem novos atores, novas maneiras de pensar sobre a produção e a distribuição de conhecimento” não é recente, mas sim, está presente nessas políticas desde sua gênese (ROBERTSON; DALE, 2011, p. 348). Isso vem ocasionando modificações profundas no que tange as pesquisas em educação e, conseqüentemente, nas políticas educacionais, acenando a partir de indícios de ser um momento de instabilidade.

A relação entre os estudos epistemológicos, fazendo referência especificamente ao campo teórico-científico e as políticas educacionais ligadas à gestão, apontam para uma crise nas ciências políticas e nas ciências sociais.

Considera-se que as “atuais matrizes epistemológicas desses campos não se sustentam com solidez diante da realidade que devem investigar” (TELLO, 2012, p. 285). A política educativa e as ciências sociais requerem atualmente uma “transformação epistemológica que permita construir [...] novas epistemologias para repensar a política educativa a partir do atrevimento científico que [...] sacuda as perspectivas epistemológicas atuais” (TELLO, 2012, p. 285). Enfatizando a realidade latino-americana, o autor sugere uma desconstrução epistemológica para se iniciar um novo caminho epistemológico.

Na busca de compreender essas pesquisas na contemporaneidade; de estabelecer a relação entre a perspectiva política da educação e a perspectiva epistemológica, científica reitera-se alguns pontos principais: a competitividade econômica global, a aprendizagem pela vida toda tem direcionado as pesquisas educacionais para a competitividade enfatizando eficiência, efetividade e responsabilização (ROBERTSON; DALE, 2011); a transformação de pesquisadores em gerenciadores de pesquisas tem marcado as pesquisas em políticas educacionais numa perspectiva gerencialista, mercadológico e economicista (MARTINS, 2011); o sentido pragmático e imediatista observado nos estudos feitos na área educacional, a maneira simplista com que se tem estabelecido a relação entre pesquisa-ação-mudança apontam para o empobrecimento teórico em pesquisas educacionais (GATTI, 2001).

É importante retomar a ideia de que, a construção metodológica mais consistente nas políticas educacionais ainda é um percurso que está sendo construído, tendo em vista a necessidade de rompimentos com modelos standardizados (MARTINS, 2011). Neste contexto, as atuais matrizes epistemológicas não se sustentam com solidez diante da realidade que devem investigar requerendo um repensar que desinstale as tendências epistemológicas atuais (TELLO, 2012). Esta falta de solidez está imersa na emergência da “era do vazio”, no “abandono do universo disciplinar”, no “poder da aparência” (LIPOVETSKY, 2004, p. 20). Na era dos grandes desafios as

novidades são os “campeões e heróis da inovação, do culto individualista, da paixão individualista da excelência, de ser bem sucedido”, resumindo pode-se falar da era da produtividade (LIPOVETSKY, 2010, p. 204).

As pesquisas em políticas educacionais não ficam imunes diante dessas novas configurações, pelo contrário, se tornam alvo de interesses, tendo em vista passarem a obter apreciação de forças universais. São forças econômicas ultrapassando fronteiras nacionais, numa perspectiva de cultura educacional universalista. Supostamente ideologias dominantes moldam e até mesmo relativizam autonomias nacionais de acordo com o que lhes convém. Esta interferência global causa mudanças nas políticas e nas práticas educativas nacionais, sendo ela mais forte em abrangência do que em profundidade, o que se evidencia nas variações curriculares e na pressão de um modelo global de educação a procura do progresso (DALE, 2004).

Este cenário acentua as problemáticas ligadas ao formalismo acadêmico; ritualismo metodológico; modismos teóricos; reducionismo tecnicista; ecletismo pragmático; produção científica superficial; falta de fundamentos epistemológicos e filosóficos da construção do conhecimento (GAMBOA, 2007). De modo que, a realidade atual das pesquisas em políticas educacionais evoca preocupações sérias e necessárias, haja vista, estarem cada vez mais, declinando para a perspectiva competitiva, produtivista, mercadológica e superficial. Neste âmbito como se dá a busca pela qualidade dessas pesquisas? Pelo rigor teórico e metodológico? O comprometimento com as configurações sociais? Muitos questionamentos urgem frente a realidade desafiante e necessitada de retomadas e revigoramento.

Nesta perspectiva argumentativa e após compreender alguns dos desdobramentos e facetas existentes nessas pesquisas fica evidente a necessidade e a importância da existência da investigação e da pesquisa no campo das políticas educacionais. Neste sentido, a retomada de uma pesquisa

de qualidade pode estar na articulação das técnicas, nas relações com métodos, procedimentos, teoria e epistemologia e no conhecimento dos pressupostos e as implicações da abordagem epistemológica que o pesquisador utiliza (GAMBOA, 2007).

Algumas considerações

Na tentativa de construir uma análise epistemológica acerca das pesquisas educacionais com enfoque nas políticas educacionais na contemporaneidade, pontua-se que muitos são os desafios presentes. Após arguição histórica e algumas percepções atuais da análise em tela, enfatiza-se a importância e relevância de se fomentar e retomar a concepção científica e social das pesquisas em políticas educacionais; buscar objetos bem definidos e formulados; relacionar uma metodologia que seja adequada aos objetivos e bem justificada; buscar análises densas e fundamentadas que possibilitem o avanço do conhecimento (ANDRÉ, 2001).

A necessidade urgente de “revigorar o debate teórico e histórico [...] possibilitará à pesquisa interpelar as políticas educacionais e a realidade educacional concretizada como processos que carregam historicidade”. Esta perspectiva compõe alternativas de “desnaturalização das categorias de análise, identificando os espaços de continuidade e ruptura e superando o limite da inevitabilidade, tão pernicioso para a produção científica”. Outro horizonte possível pode se dar às pesquisas, com a articulação das diferentes áreas e abordagens teórico-metodológicas de pesquisa em política educacional, e neste sentido destaca-se o “fortalecimento do debate entre os pesquisadores para discutir os resultados de suas pesquisas e um maior diálogo entre as produções com diferentes enfoques metodológicos” pode ajudar a criar um ambiente coletivo de produção científica e otimizar a área de política educacional (KRAWCZYK, 2012, p. 10).

O sentido investigativo de produzir “conhecimento novo e socialmente significativo, que incorpore uma reflexão, numa perspectiva de longo prazo” (KRAWCZYK, 2012, p. 11); que questione e desinstale as perspectivas epistemológicas atuais (TELLO, 2012); que estabeleça relação entre pesquisa-ação-mudança (GATTI, 2001); que rompa com modelos estandardizados (MARTINS, 2011) se faz necessário. No entanto, é preciso consciência de que a falta de solidez, a imersão na era do vazio, o poder da aparência (LIPOVETSKY, 2004); os desafios da inovação, do individualismo (LIPOVETSKY, 2010); da competição, da educação para economia (DALE E ROBERTSON, 2011); do gerencialismo (MARTINS, 2011) são intempéries que assolam o rigor científico da pesquisa em políticas educacionais.

Referências

- ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: buscando rigor e qualidade.** *Cadernos de pesquisas*, n. 113, p. 51-64, julho, 2001.
- CORAZZA, Sandra Mara. **Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos.** In: *Caminhos Investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação.* Org. Marisa Vorraber Costa. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007, p. 103-127.
- DALE, Roger. **Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”?** *Educação e Sociedade.* Campinas, vol. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.
- FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. **Por que o conflito entre tendências epistemológicas não é falso.** *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (66): 75-80, agosto, 1988.
- GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias.** Chapecó: Argos, 2007.
- GATTI, Bernardete A. **A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios.** *RBPAE*, v. 28, n. 1, p. 13-34, jan/abr. 2012.
- GATTI, Bernardete A. **A construção da Pesquisa em Educação no Brasil.** Série Pesquisa, v. 1, Brasília, 2007.

GATTI, Bernardete A. **Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo.** *Cadernos de pesquisa*, n. 113, p. 65-81, julho, 2001.

KRAWCZYK, Nora. **A historicidade da pesquisa em política educacional: o caso do Brasil.** *Jornal de Políticas Educacionais*, n° 12, julho-dez, 2012.

LEAL, Elisabeth Juchem Machado. **Um desafio para o pesquisador: a formulação do problema de pesquisa.** *Contrapontos*. Ano 2, n. 5, p. 237-250. Itajaí, maio/ago, 2002.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos.** Tradução Mário Vilela. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.

LIPOVESTKY, Gilles. **Crepúsculo do dever.** Coimbra: Almedina, 2010.

MARTINS, Angela Maria. **A pesquisa na área de política e gestão da educação básica: aspectos teóricos e metodológicos.** *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 379-393, maio/ago. 2011.

NETO, João Luiz Horta. **Um olhar retrospectivo sobre a avaliação externa no Brasil: das primeiras medições em educação até o SAEB de 2005.** *Revista Ibero americana de Educación*, Ed. OEI, n.º 42/5 – 25 de abril de 2007.